

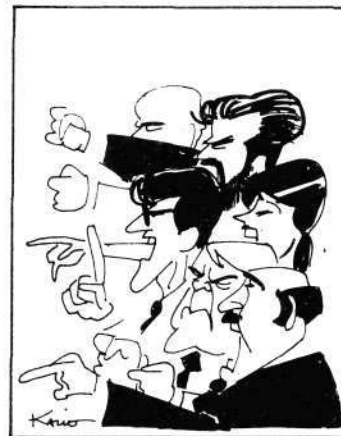
Governo defende seus direitos na Constituinte

A afirmação é do ministro Costa Couto, que deseja compatibilizar "o ideal com o que é prático"

OS CINCO TEMAS QUE VÃO ABALAR A CONSTITUINTE



No momento em que a Constituinte entra em sua fase decisiva, as atenções de toda a população brasileira se voltam para cinco temas. São questões polêmicas, capazes de dividir em vários segmentos os partidos políticos. Nesta reta final, será definido o sistema de governo do País e a duração do mandato presidencial. O parlamentarismo parece contar com a simpatia da maioria dos constituintes, mas a força de alguns presidencialistas — o presidente Sarney à frente — é capaz de mudar essa tendência. O futuro sistema eleitoral também está em jogo. O voto distrital será capaz de anular a influência do poder econômico? Na questão dos tributos, todos buscam uma forma de aumentar a arrecadação. Enquanto isso, empresários mobilizam-se para rejeitar a estabilidade. O maior radicalismo fica com a reforma agrária.



Apesar de o presidente José Sarney garantir que o Governo não vai interferir nos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, por considerá-la livre e soberana, o ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Ronaldo Costa Couto, afirmou ontem que o Poder Executivo vai atuar junto aos parlamentares para defender os seus direitos. O ministro Costa Couto entende que é necessário "compatibilizar o ideal com o prático", especialmente no que diz respeito às questões polêmicas. Couto disse que o Governo está acompanhando atentamente a evolução dos debates sobre a convenção nacional do PMDB, marcada para os dias 18 e 19 do próximo mês, e acha que a reunião vai ter um grande reflexo na Assembleia Nacional Constituinte. O presidente Sarney vem acompanhando com bastante interesse a proposta feita pelo senador José Richa. Ele defende que o mandato de Sarney só deve ser discutido nas disposições transitórias da futura Constituição. Couto reafirmou a posição de Sarney em favor do regime presidencialista, por

1 Maioria defende parlamentarismo

Parlamentarismo ou presidencialismo? Esta é uma questão que preocupa José Sarney, inquieto em candidatos a sucedê-lo e divide os partidos políticos. "É uma definição crucial", afirma o líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique (SC), que a coloca como pré-condição para a fixação da duração do mandato presidencial. Crucial, decisiva, preocupante, ela só será definida no plenário, lá para o mês de novembro, acreditam os políticos. A adoção do parlamentarismo tem o apoio do líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, do presidente e do relator da Comissão de Sistematização, Afonso Arinos e Bernardo Cabral, e da quase maioria dos representantes do PMDB. Mas tem adversários de peso, a começar pelo presidente Sarney e pelo presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e passando ainda pelo líder do Governo, Carlos Sant'Anna, pelo presidente do PFL, Marco Maciel, entre outros.

Mesmo que venha a ser aprovado, como espera o deputado Heráclito Fortes (PMDB-PI), que considera impossível fechar a questão em torno do assunto na bancada de seu partido, não será jamais um parlamentarismo puro. Os constituintes parecem preferir um sistema semelhante ao francês, em que o presidente da República mantem atribuições importantes e não passa a ser apenas um chefe de Estado, deixando o governo nas mãos do primeiro-ministro.

Há, ainda, muitas dúvidas sobre como funcionaria esse parlamentarismo à brasileira ou presidencialismo mitigado, no qual o Congresso Nacional será co-responsável pela administração do País e pelos planos de governo. E preocupações sobre o funcionamento do chamado voto de censura, pelo qual a Câmara poderia exigir do Presidente a demissão de todos os seus ministros. Depois de 20

anos sob regime militar, há muitas vozes defendendo que os ministros do Exército, Marinha, Aeronáutica, EMFA e SNI fiquem imunes aos efeitos da moção de desconfiança, ainda que tal disposição deturpasse o sentido do regime parlamentarista que se quer implantar.

MANDATO

O mandato do Presidente Sarney já não é uma questão tão polêmica quanto o sistema de governo, até porque se o parlamentarismo for aprovado, pouca diferença fará que o presidente fique até março de 89 ou de 1990. O mandato de cinco anos, desejado por Sarney, tem boas chances de ser aceito pelos constituintes, contando a seu favor com aliados como o deputado Ulysses Guimarães, o líder Carlos Sant'Anna e o chamado Centro Democrático e boa parte do PMDB, além da praticamente totalidade dos representantes do PFL. Adeptos do mandato de quatro anos estão em minoria no Congresso — são o PDT, o PT, parte do PDS e a ala do PMDB que se denomina de esquerda e tem no líder Mário Covas seu maior expoente.

Embora a tese dos cinco anos seja hoje majoritária, a decisão final do mandato só será conhecida no plenário. Até porque a permanência de José Sarney até 1990 está na dependência de vários fatores, sobretudo o desempenho da política econômica adotada com o Plano Bresser.

DIRETAS

Uma mobilização nacional em favor das eleições diretas para Presidente ao final da Constituinte, com apoio de parte dos peemedebistas, se obtiver adesão popular, também tende a influenciar na votação dos mandatos de Sarney. Quanto aos futuros presidentes da República, ninguém tem dúvidas: seus mandatos serão de cinco anos.

2 Emprego estável já causa reação

A Comissão de Sistematização ainda não havia se reunido para definir as propostas sobre a estabilidade no emprego e a questão mobilizava os setores empresariais e os trabalhadores de todo o País. No Rio Grande do Sul, 105 entidades empresariais posicionaram-se contra o dispositivo focado no anteprojeto da Comissão da Ordem Social. Sairam do encontro dizendo que, se aprovada esta medida, o Brasil ficaria "na contramão da história", prevendo grandes "complicações para o sistema de produção".

A grande maioria dos argumentos contrários à estabilidade no emprego usa a "instabilidade econômica do País como justificativa para inviabilizar a proposta da Comissão da Ordem Social. "Queremos a estabilidade no emprego para todos, mas com critérios", ressaltou o deputado Osvaldo Bender (PDS-RS) em plenário, repetindo sua posição quanto à questão. Ele diz que apresentará uma emenda defendendo a estabilidade e o Fundo de Garantia, mas "que seja posteriormente regulamentado em lei especial".

Para ele, estabilidade sem "critérios" é sinônimo de desemprego. "Queremos estabilidade para todos, mas somente conseguiremos isto com estabilidade econômica. Antes disto é um sonho quer estabilidade no emprego sem critérios, pois sabemos que 70 por cento dos empregos são gerados pelas pequenas empresas, que passam no momento pela sua pior crise", adverte o deputado gaúcho.

Há, no entanto, quem pensa exatamente o contrário de Osvaldo Bender. O deputado Domingos Leonelli (PMDB-BA) pretende provar que a garantia de estabilidade no emprego é "fator de estabilidade econômica e não de desorganização da economia". A tese é defendida pela ala progressista do PMDB, que busca argumentos para comprová-la. Para Leonelli, a aprovação dessa tese depende mais de uma boa negociação que da tentativa de "brandir a estabilidade para fazer uma boa média

com o sindicalismo". Por isso, segundo ele, é necessária uma boa dose de trabalho no sentido de atrair o "centro" peemedebista. Nesse clima de "negociar e precioso", os progressistas chegaram a pensar, dentro da Comissão da Ordem Social, em encontrar um meio-termo para o dispositivo da jornada de trabalho para ver aprovada a proposta de estabilidade no emprego. "Na fase atual", continua o deputado baiano, "podemos por exemplo ganhar a representatividade dos pequenos e médios empresários propondo a redução da carga tributária das pequenas empresas. Existem muitas possibilidades para uma negociação", lembra ele.

EMPREGO ESTAVEL

O dispositivo que trata da estabilidade no emprego constitui o artigo 2º do anteprojeto do relator Almir Gabriel, da Comissão da Ordem Social. Prevê o artigo: "São assegurados aos trabalhadores urbanos e rurais e aos servidores públicos, federais, estaduais, do Distrito Federal, dos territórios e dos municípios, os seguintes direitos, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: I - Garantia do direito ao trabalho mediante relação de emprego estável, ressalvados: a) ocorrência de falta grave comprovada judicialmente; b) contrato a termo, não superior a 2 (dois) anos, nos casos de transitoriedade dos serviços ou da atividade da empresa; c) prazos definidos em contratos de experiência, não superiores a 90 (noventa) dias, atendidas as peculiaridades do trabalho a ser executado; d) superveniência de fato econômico intransponível, técnico ou de infatúria da empresa, sujeito a comprovação judicial, sob pena de reintegração ou indenização, a critério do empregado".

O texto traz claras limitações, segundo avaliação de alguns constituintes que defendem a estabilidade no emprego. Ele não inclui, por exemplo, explicitamente, a empregada doméstica, o que é uma grave falha, de acordo com a deputada Benedita da Silva (PT-RJ).

3 Todos procuram uma forma de arrecadar mais imposto

Embora o texto do anteprojeto elaborado pela Comissão do Sistema Tributário proponha um novo desenho para o sistema tributário do País, criando impostos, extinguindo outros e estabelecendo princípios de descentralização, simplificação e justiça fiscal, apenas sinaliza com o ajuste da carga tributária, deixando sua elevação a cargo da legislação ordinária, particularmente o novo Código Tributário Nacional.

E a lei que vai fixar as alíquotas dos novos tributos, a abrangência dos fatos geradores e das bases de cálculo, assim como definir os limites de concessão de incentivos, isenções e demais benefícios fiscais. Somente a partir das definições é que se poderá ter uma ideia do peso da carga tributária. Caberá à lei complementar dar a dimensão da justiça fiscal, através do princípio de maior progressividade dos impostos, o que demonstra que a luta do contri-

buinte para pagar menos tributo está apenas começando.

Certamente ele estará quase sozinho nessa disputa, pois até o PMDB, através do seu programa econômico defende o aumento dos impostos.

A carga tributária líquida é o resultado da carga tributária bruta, composta dos impostos diretos (Imposto de Renda) e indiretos (IPI, ICM), menos as transferências para estados e municípios, os subsídios e incentivos. Atualmente 33 por cento da receita do IPI e do Imposto de Renda são transferidos para os estados e municípios, percentual que se elevará para 46 por cento, segundo propõe a Comissão do Sistema Tributário, sugerindo que se faça gradualmente, ano a ano, até 1993.

Heterodoxos e ortodoxos, conservadores e progressistas, economistas do PMDB e dos governos militares, todos concordam num ponto: está baixando a car-

ga tributária líquida e algo precisa ser feito, e com urgência, para ampliá-la. Na forma de promover essa ampliação é que há alguma divergência: os mais à esquerda desejam uma forte prevalência da eliminação das isenções e outras formas de subsídio; os mais conservadores pretendem aumentar a cobrança de impostos e a maioria deseja uma posição intermediária.

E o resultado desse debate sobre a necessidade de aumentar a carga tributária líquida e como fazê-lo que sinalizará o aumento ou a redução da carga de tributos que incidem diretamente sobre o contribuinte, pessoa física ou empresa. Há uma grande possibilidade de que, na definição do regime de alíquotas, o legislador ordinário seja tentado a aumentar também a carga bruta de tributos, inclusive aproveitando a criação, pela via constitucional, de novos impostos.

4 Que voto elegerá deputado: proporcional ou distrital?

Que sistema deverá ser adotado para as eleições dos deputados federais e estaduais? A questão é das mais polêmicas, e divide os constituintes. Poucos arriscam um prognóstico sobre o resultado da votação, e tanto os defensores das eleições proporcionais quanto os do distrital misto admitem que qualquer vitória será apertada. Entre os que acreditam na adoção do distrital misto, está o relator da comissão temática que examinou a matéria, deputado Prisco Viana (PMDB-BA).

— O que vai ajudar a aprovação do distrital é o custo das eleições. Muitos deputados habituados a se eleger pelo sistema proporcional, e que tinham o hábito de se concentrar em determinadas regiões, espantaram-se com a presença de candidatos endinheirados. O fato de que a Constituição estabelecerá apenas o princípio, em prazo bem anterior às próximas eleições, também favorecerá a adoção do sistema misto.

O vice-líder do PMDB, deputado Miro Teixeira (RJ), acha que há um equilíbrio nas posições, mas acredita que isso possa ser revertido quando os que defendem o distrital forem convencidos de que nesse sistema a influência da máquina administrativa e do poder econômico é muito maior.

— Se tivesse sido adotado o distrital nas últimas eleições, o plenário da Câmara seria hoje uma assembleia de empresários.

— Isso é um erro — contesta Prisco Viana. Ao contrário, o sistema proporcional vai fazer daqui uma casa de plutocratas. O poder econômico fica mais difícil de ser exercido nos distritos, porque torna-se ostensivo, escandaloso. No distrito, o eleitor vota em quem conhece, em quem prestou serviços à comunidade.

Não só no PMDB, mas também no PFL e no PDS, não há consenso em relação ao sistema eleitoral. No PDS, segundo o deputado Bonifácio de Andrada (MG), os deputados do Norte e do Nordeste são "pouco acessíveis a tese do distrital misto", e no PFL, de acordo com o líder em exercício, deputado Inocêncio Oliveira (PE), a divisão é grande, e só se saberá quantos são a favor de um ou outro sistema após a resposta a um questionário formulado pela liderança. Já no PT, no PC do B, no PCB e no PDT a manutenção das eleições proporcionais é defendida.

"O voto distrital é uma fórmula de dificultar o desenvolvimento dos partidos democráticos, ideológicos, e permite a concentração do poder econômico no pleito" afirma o líder do PDT, deputado Brandão Monteiro.

"O distrital restringe a discussão ideológica e nacional, avalia o deputado Paulo Delgado (PT-MG), para quem serão criadas figuras do distrito, na legislação ordinária, segundo os interesses políticos do momento.

"E o fim dos partidos ideológicos, das discussões nacionais" — concorda o líder do PCB, deputado Roberto Freire (PE), na mesma linha da liderança do PC do B, que considera o distrital a institucionalização do curral eleitoral e o fim dos candidatos populares. Freire observa que alguns setores da esquerda "equivocadamente" estão favoráveis ao distrital.

"O grande beneficiário será o PMDB, será uma volta ao bipartidarismo, os pequenos serão aniquilados" — sentença Inocêncio Oliveira, que destaca, entretanto, que pessoalmente seria beneficiado, porque detém o poder "em dois distritos de Pernambuco".

Outra questão polêmica é a coincidência das eleições, defendida por Prisco Viana, que acredita na vitória de sua tese:

— Os que não desejam a coincidência são os que fazem eleições em áreas urbanas, usam os meios de comunicação. Os que fazem eleições no interior defendem a coincidência porque ela reduz o esforço de mobilização.

Para a coincidência, teria que ser adotada a prorrogação dos mandatos dos prefeitos ou um mandato-tampão para os que serão eleitos em 1988. Inocêncio Oliveira, favorável à coincidência — "porque nela há a divisão de despesas", defenderá o mandato-tampão. Já Roberto Freire prefere a incoincidência.

5 Divergências radicais no debate da reforma agrária

Das três subcomissões da Ordem Econômica, a da Reforma Agrária, Política Fundiária e Agrícola foi a que mais provocou divergências entre os constituintes. As radicalizações, tanto da esquerda quanto da direita, inviabilizaram quaisquer tentativas de conciliação das posições defendidas. E tudo leva a crer que as divergências políticas vão continuar de forma acirrada também no plenário da Comissão de Sistematização onde o tema Reforma Agrária continua polarizando os constituintes defensores dos trabalhadores rurais, de um lado, e os constituintes representantes dos latifundiários, do outro.

A dificuldade de se chegar a um acordo decorre de um fator básico: a corrente política dos "moderados" defende o direito intocável da propriedade rural. Para eles, o Estado não pode ter poderes constitucionais fortes suficientes para decretar desapropriações em terras produtivas. Esses parlamentares querem que a nova Constituição garanta ao cidadão plena defesa de seus bens contra futuras tentativas do Estado de expropriar ainda que por meio de desapropriações a preço justo.

Os constituintes da chamada ala progressista, dos partidos mais à esquerda como PT, PC do B, PC e PDT, defendem a inclusão na nova Carta de mecanismos constitucionais que, segundo eles, formam o tripé do

Plano Nacional de Reforma Agrária. Os principais pontos por eles reivindicados são: fixação de um limite para o tamanho das propriedades rurais; imissão imediata na posse da terra desapropriada; e indenizações em título da dívida agrária, paga em vinte anos. Argumentam ainda que a reforma agrária tem que ser feita em terras próximas dos grandes centros consumidores onde os trabalhadores rurais, pequenos e médios, poderão escoar sua produção. Para eles, reforma agrária em zonas distantes inviabiliza a fixação do homem à terra, além de não ser rentável comercialmente. Os constituintes progressistas também fazem distinção entre reforma agrária e programas de assentamento e colonização. No entender deles, reforma agrária é quando o trabalhador rural assume o direito da terra em que trabalha há vários anos. Programas de assentamento e colonização requerem gastos vultosos em estrutura básica, como estradas para escoamento da produção, eletrificação rural e habitação para os trabalhadores.

Outra argumentação repetida pelos progressistas é quanto à função social da terra. Os políticos da esquerda tentaram modificar esse conceito para "obrigação social". Porém se o termo "obrigação social" fosse adotado para o capítulo da Reforma Agrária, as propriedades

rurais, sobretudo aquelas de grande porte, estariam obrigadas a cumprir uma série de pré-requisitos para serem consideradas produtivas, do ponto de vista social. Os parlamentares "moderados" trataram imediatamente de impugnar essa nova terminologia, receosos de estarem abrindo uma brecha importante para as desapropriações em latifúndios mecanizados ou de pecuária onde se utiliza pouca mão-de-obra. Neste caso, o custo-benefício da propriedade rural daria chances para desapropriação pelo Estado se fosse evocado, a necessidade imovel rural cumprir com sua obrigação social.

Na disputa ideológica entre a direita e a esquerda, a respeito de como o Brasil fará a reforma agrária, neste primeiro "roud" da briga entre os constituintes da Comissão da Ordem Econômica, a vantagem ficou para os "moderados". Na subcomissão da Reforma Agrária, o anteprojeto do relator, deputado Osvaldo Lima Filho, (PMDB-PE) foi rejeitado em sua totalidade, sem chances sequer de ser apreciado na sessão de votação. O resultado foi "escandaloso", na ótica dos progressistas. A maioria conservadora aprovou apenas dois artigos: 1º) garantias constitucionais para o direito da propriedade rural e 2º) criação de Tribunais especiais para dirimir conflitos agrários.

PT e PDT convidam militares ao debate

A reação dos ministros militares contra o anteprojeto de anistia ampla, geral e irrestrita da Constituinte teve como resposta ontem, na sessão plenária da Assembleia Nacional, um convite para que esqueçam suas posições de oficiais e ministros e compareçam ao Congresso — como qualquer um dos 140 milhões de cidadãos brasileiros — para um debate com os constituintes. O convite, feito pelo líder do PDT, deputado Brandão Monteiro (RJ), foi reiterado pelo líder petista Luis Inácio Lula da Silva.

"O ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, e brasileiro e deve opinar", disse Brandão Monteiro, observando, contudo, que condenar a anistia a militares e civis punidos por atos administrativos com o argumento de que traria prejuízos às Forças Armadas, "é discutir a questão de forma vesga". Mesmo porque, sustentou o líder, a disparada inflacionária traz muito mais males para a Nação brasileira.

"Seria importante que o ministro estivesse preocupado com a inflação", declarou em seguida o líder do PT, deputado Luis Inácio Lula da Silva, denunciando ainda que o Executivo tenta direcionar os trabalhos da Constituinte.

Quanto ao pronunciamento dos militares contra a estabilidade no emprego e a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, disse Lula que eles não levaram em conta sequer que medidas dessa natureza diminuiriam o desemprego em todos os países do mundo que as adotaram, ao contrário do que sustentaram os ministros. Ressaltou o líder que defender uma jornada mais longa para o trabalhador brasileiro é querer impor-lhe um regime de escravidão.

Depois de reiterar o convite do deputado Brandão Monteiro, Lula advertiu que na reta final do trabalho constituinte, "o povo estará presente não apenas nas galerias, mas também nas ruas de Brasília". Assegurou o líder do PT que o plenário da Assembleia Nacional será transformado numa espécie de tribunal de contas em que os eleitores estarão conferindo se os discursos de palanque serão refletidos nos votos de cada constituinte. Como exemplo, lembrou que ninguém pregou contra a estabilidade no emprego, quando em campanha.

De plantão na liderança do PMDB, o deputado Miro Teixeira (RJ) disse que a reunião dos ministros militares, em que se posicionaram sobre pontos de seus interesses na Constituinte, não teria qualquer repercussão se se tratasse de outra área. Um encontro, por exemplo, dos ministros da Educação e da Ciência e Tecnologia não despertaria tanta atenção. Para ele, o que existe é uma síndrome do militarismo.

O líder do PDS na Constituinte, deputado Amaral Netto (RJ), afirmou ontem que é um verdadeiro "suicídio político" a aprovação de proposta constitucional determinando que os militares anistiados sejam reintegrados à vida militar.

Amaral garante que os militares não pretendem, de nenhuma forma, prejudicar o processo de transição democrática. Contudo, não há a menor possibilidade de eles aceitarem a reintegração, que está sendo identificada como "uma provocação".

Acha ainda que está na hora de denunciar "loucuras" incluídas no projeto da Constituição, entre as quais ele citou a estabilidade no emprego e a redução da jornada de trabalho para 40 horas.



Leônidas teme que Constituinte limite a soberania

Leônidas condena a limitação de armas

O ministro Leônidas Pires Gonçalves, do Exército, questionado ontem pelo CORREIO BRAZILIENSE sobre a inclusão de dispositivos legais na nova Carta Magna do País, proibindo a fabricação e o transporte de armamentos, sobretudo armas nucleares, destacou que "não há Constituição no mundo, exceto a da República Federal da Alemanha, por motivos circunstanciais de pós-guerra, que discipline o tema". E acrescentou: "Nenhum Estado se autolimita tecnologicamente, pois, adotando essa atitude, estaria optando, também, absurdamente, por uma limitação de sua grandeza e soberania".

Leônidas Pires, que executa no momento o plano da FT-90 (Força Terrestre 1990), indagado pelo CORREIO, até que ponha a crise econômica que atravessa o País sem prejudicando o reequipamento da Força Terrestre, esclareceu: — Nos orçamentos da União, os recursos colocados à disposição do Ministério do Exército decresceram de 8,5% em 1971 para 2,3 em 1985. Em relação ao Produto Interno Bruto (PIB),

essa relação que, em 1970, atingia 1,24%, caiu para 0,1% em 1984. Durante longo período, apenas 8% dos recursos do Exército foram aplicados em investimentos o que, por via de consequência, muito influiu no reequipamento da Força Terrestre. No início do atual Governo, face ao quadro descrito, foram concedidos os recursos mínimos necessários para que o Exército atinja o nível de operacionalidade compatível com as necessidades nacionais.

Como é natural — acrescenta o ministro — "os ajustes decorrentes da atual situação econômica do País impuseram reajustes nas prioridades do Exército, à semelhança dos demais setores governamentais". Apesar das medidas de contenção de despesas adotadas pelo Governo Sarney, o Ministério da Fazenda acaba de aprovar a destinação de 32 bilhões de cruzados às Forças Armadas, como excedente das arrecadações do Imposto de Renda (ano-base 1986), cabendo ao Exército cerca de 10 bilhões. A Aeronáutica para 2,3 em 1985. Em relação ao Produto Interno Bruto (PIB),